

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2025		Data de Abertura: 20/05/2026 às 9:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº da Concorrência no compras.gov.br : 90003/2025		UASG: 925316	Nº Proc. 55000.006935.2024-77
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF			
Órgão: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB			
Valor Estimado: R\$ 666.442,92 (seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos).			
Dotação Orçamentária: Classificação Programática: 35204.12.122.5006.1364.00000000274 Elemento da Despesa: 339039 Fonte de Recurso: 500 Valor: R\$ 666.442,92 (seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos). Reserva orçamentária: 156			
Modo de disputa: ABERTO		Critério de Aceitabilidade de Preços: MENOR PREÇO GLOBAL	
Visita Técnica Facultativa O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Pró Reitoria de Infraestrutura no endereço Rua Baraúnas S/N, Campus I da UEPB ou através do fone: (83) 3315-3370.O endereço de vistoria é: R. Baraúnas, s/n, Universitário, Campina Grande - PB, 58429-600, no horário de 8:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.			
Publicações: O resumo deste Edital será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, no jornal A União, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site da UEPB (www.uepb.edu.br) e no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba.			
Informações: O Edital e seus anexos estão disponíveis para download no site da UEPB (www.uepb.edu.br), no portal da Central de Compras do Estado da Paraíba, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Nos termos do Art. 6º, XXV, da Lei nº 14.133/2021, o ANEXO 1 – PROJETO BÁSICO constitui-se pelo conjunto indissociável de elementos necessários e suficientes para definir a obra. Devido à alta densidade e volume desses arquivos técnicos (plantas, planilhas e memoriais), o acesso integral ao referido Anexo dar-se-á exclusivamente pelo repositório digital abaixo: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1a2XDINqlQqRgOrbEB3t1tXy5IsA7Vj8j É de inteira responsabilidade do licitante o download de todos os arquivos contidos no link, devendo			

certificar-se da integridade dos dados para elaboração de sua proposta técnica e comercial.

DESTAQUES

ATENÇÃO!

A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.

No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL do item.

Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público que a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB**, com sede na Av. das Baraúnas, 354 - Bairro Universitário – Campina Grande / Paraíba – CEP 58.429-500, por intermédio do Agente de Contratação, designado pela Portaria nº **PORTARIA/UEPB/GR/04/2025, publicada no DOE de 19 de fevereiro de 2025**, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, por meio ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, assim como: Decretos Estaduais nºs 41.200/2021, 42.967/2022, 43.759/2023, 43.975/2023; 44.383/2023; 44.639/2023; 44.966/2022. Portaria Conjunta CGE/PGE/SEAD nº 90001/2025, de 22 de fevereiro de 2024, Lei Estadual 12.868 de 06 de novembro de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>. As empresas interessadas em participar devem se submeter a esse processo e realizar o seu credenciamento no referido sistema, acessando o site indicado, para obter a chave de identificação e a senha necessárias antes da data estabelecida para a realização da Concorrência Eletrônica.

1.3 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos.

1.5 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e pelo site da Universidade Estadual da Paraíba e pelo Link:

<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1a2XDINqIQqRgOrbEB3t1tXy5IsA7Vj8j>

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacao@setor.uepb.edu.br.

1.6.1 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do



pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacao@setor.uepb.edu.br.

1.7.1 – Caberá ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.7.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.7.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.6.1. ou 1.7.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da Vice-Reitora da Universidade Estadual da Paraíba, no exercício da Reitoria, constante do Processo Administrativo nº 55000.006935.2024-77 de 31/03/2026.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 20 de Maio de 2026, às 09 h, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação iniciará a sessão pública da CONCORRÊNCIA – UEPB Nº 90003/2025, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas). O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.uepb.edu.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2- Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação (a) ROSÁLIA ALVES MONTEIRO e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 10/2026, servidores da PROAD/UEPB.

E-mail: licitacao@setor.uepb.edu.br

Endereço: Av. Dr. Francisco Pinto, nº 317, Bairro Universitário, CEP 58429-350, Campina Grande/Paraíba.

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12 h e das 13h30min às 16h.

3.3 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. DO OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



4.2- São consideradas parcelas de maior relevância técnica as discriminadas no item E do Tópico nº 16 deste Edital.

4.3. A licitação será realizada em grupo único, sob regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme as especificações constantes do Projeto Básico (Anexo_I) do 55000.006935.2024-77.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação Programática: 35204.12.122.5006.1364.00000000274

Elemento da Despesa: 339039

Fonte de Recurso: 500

Valor: R\$ 666.442,92 (seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Reserva orçamentária: 156

5.2 – O demonstrativo contendo o orçamento estimado, sob a forma de Planilha Orçamentária Referencial, encontra-se no ENCARTE 06 totalizando a importância de **R\$ 666.442,92 (seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos)**.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO GLOBAL**

7. PRAZOS

7.1 – O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura da Ordem de Serviços e de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante vencedor.

7.1.1 – O prazo do contrato decorrente da licitação será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado, com a devida justificativa, dentro das disposições da lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

7.1.2 – O prazo para o início das obras e/ou serviços será de 05 (cinco) dias contados do recebimento da ordem de serviço.

7.2 – O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao provedor do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.2 – Para participação na Concorrência Eletrônica, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo à Concorrência Eletrônica e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na Concorrência Eletrônica por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido penalizados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;

(c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.



8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Estado da Paraíba, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Estado da Paraíba, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Projeto Básico.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.



9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes à Concorrência.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

10.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

10.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

10.7. Não poderão disputar esta licitação:

10.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

10.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

10.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

10.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

10.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

10.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



10.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

10.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.7.1. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. O impedimento de que trata o item 10.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 10.7.4. e 10.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

10.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

10.12. O disposto nos itens 10.7.4. e 10.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

10.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.14. A vedação de que trata o item 10.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

11. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

11.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

12. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



12.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

12.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

12.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

12.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

12.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

12.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

12.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

12.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

12.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

12.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

12.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

12.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante dos serviços, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

12.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

12.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 12.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

13.1.1. Valor total do item expresso em Reais (R\$)

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12(doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



13.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

13.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramenta e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

13.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

13.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

14. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação com a utilização de sua chave de acesso e senha.

14.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

14.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e os licitantes.

14.2 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

14.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que contiverem vícios insanáveis;
- c) Que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) Que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) Que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) Que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) Cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Projeto Básico.

14.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.



14.3.2 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.3.3 – Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% **(setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

14.3.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

14.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

14.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

14.7 – Para a etapa de lances nesta concorrência eletrônica será adotado o modo de disputa ABERTO.

14.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

14.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

14.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,05 (cinco centavos) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

14.9.2- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.9.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.9.4 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

14.9.5 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 19 deste edital.

14.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

14.10.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.10.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.10.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.



14.10.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 14.10.2 e 14.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

14.10.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 14.10.2 e 14.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 14.10.4.

14.10.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 14.10.5.

15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

15.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances da concorrência eletrônica, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s).

15.1.1 – O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública com base nos parâmetros previstos em especial na Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.2 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva da concorrência eletrônica, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) “para cada item” na estimativa orçamentária (ENCARTE 06).

15.2 – Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

15.2.1 – Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

15.2.2 – Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

15.3 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

15.3.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.3.2 – Haverá um prazo de 2h (duas horas) contado da solicitação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

15.4 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor/maior desconto, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor/maior desconto.

15.5 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.



15.6 – A UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Projeto Básico.

15.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

15.7.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

15.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

15.8 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigidas as causas de sua desclassificação.

15.9 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de MENOR PREÇO GLOBAL, passará o Presidente da Comissão/Agente de Contratação ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação deverá efetuar consulta ao CAFIL/PB conforme a Lei nº 9.697/2012 e, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor/menor desconto, por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 16 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 16 deste edital, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser enviados em formato digital, por meio do Sistema COMPRASNET.

e) O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

15.10 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo,



verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

15.10.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 15.4 15.10 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 15.9.

15.11 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

15.12 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.13 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, À UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Presidente da Comissão/Agente de Contratação solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

16. HABILITAÇÃO

16.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 15.13 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

16.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

16.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.



16.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF:

- a) Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

16.5 – O Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

16.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 16.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16.6. A licitante que não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte, consórcio composto em sua totalidade por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação, deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, relação indicando as microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar, devidamente qualificadas, e descrevendo os serviços a serem executados e seus respectivos valores.

16.6.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, os documentos especificados nos itens 16.1.C e 16.1.D relativos às microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar.

16.6.2. O licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários. (§5º do art. 56 da lei 14.133 de 2021)

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.



(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

16.8.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

16.8.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.8.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

16.8.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

16.8.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

16.8.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = _____

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = _____

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ATIVO CIRCULANTE

LC = _____

PASSIVO CIRCULANTE

16.8.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

16.8.6. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico financeira por meio de:

16.8.6.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;



16.8.6.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

16.8.6.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta Concorrência, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

16.8.6.3.1. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

16.8.6.3.2. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão, no máximo, de 60 (sessenta) dias consecutivos anteriores à data de abertura da presente licitação.

b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, conforme Anexo V.

c) A habilitação poderá ser efetuada por meio da apresentação dos documentos mencionados nos itens anteriores, admitindo-se a comprovação do cadastro no SICAF, em substituição aos documentos que comprovem a regularidade fiscal de que trata o item 14.7.

d) Os licitantes interessados em efetuar o cadastro no SICAF poderão adotar esta providência conforme previsto no site www.comprasnet.gov.br.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF– FGTS.



(C.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.5.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.5.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.5.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo IV, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 29445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social consoante Art. 93 da Lei 8.213/91.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Qualificação Técnica do licitante será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Declarações Preliminares e Conhecimento das Condições Locais

1.1. Declaração de Pleno Conhecimento: Declaração de que o licitante recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste certame.

1.2. Declaração de Vistoria/Dispensa de Vistoria: O licitante deverá encaminhar a declaração de que conhece as condições locais do objeto, conforme ENCARTÉ 01 – Declaração de Vistoria/Dispensa de Vistoria.

* Condição Opcional: O comparecimento ao local das obras para participar da licitação é OPTATIVO. No entanto, é de responsabilidade do licitante a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local da execução da obra.

* Prazo e Local para Vistoria (se realizada):

* A visita técnica poderá ser feita até um dia antes da sessão de abertura das propostas.

* O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

* A visita deverá ser realizada por intermédio do responsável técnico registrado perante o Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

* Endereço: Rua Baraúnas, S/N, Campus I da UEPB, no horário de 8:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira. Caso o licitante entenda necessário o acompanhamento do técnico, o agendamento da vistoria poderá ser realizado na Pró-reitoria de Infraestrutura no endereço Rua Baraúnas, S/N, Campus I da UEPB ou através do fone: (83) 3315-3370.

* No ato da vistoria, o licitante deve se inteirar das condições e do grau de dificuldade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

2. Capacidade Técnica Operacional (Empresarial)



2.1. Registro do Licitante: Registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região da sede da empresa.

2.2. Comprovação de Experiência Empresarial: Comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes aos indicados no Item 10 do PROJETO BÁSICO, Anexo I deste Edital.

* Documentação: A comprovação será feita por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome da Pessoa Jurídica, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante.

* Requisitos Mínimos (Parcelas de Maior Relevância e Quantitativos): O atestado deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo, que definem as características semelhantes, na forma do art. 67, inc. II, da Lei Federal n. 14.133/2021:

OBRA	UNIDADE	QTD. MÍNIMA
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICAS DE COBERTURA COM TELHAMENTO METÁLICO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.	M ²	900,00

3. Capacidade Técnica Profissional (Responsável Técnico)

3.1. Registro do Profissional: Registro ou Inscrição do responsável técnico indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região da sede da empresa.

3.2. Comprovação de Experiência do Profissional: Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente Engenheiro Civil devidamente reconhecido pelo CREA, de nível superior, e que seja detentor de, no mínimo, 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de serviços/obras de características semelhantes às indicadas no ANEXO I deste Edital, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos definidos no item 2.2 desta cláusula.

3.3. Declarações Adicionais do Profissional:

* Declaração de Disponibilidade: Declaração de que disponibilizará (ENCARTE 03 – Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica) o profissional legalmente habilitado para atuar como responsável técnico.

* Autorização de Inclusão: Declaração, por escrito, de cada profissional, autorizando sua inclusão como membro da equipe técnica que participará efetivamente na execução dos trabalhos.

3.4. Comprovação de Vínculo: O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços. A comprovação do vínculo deverá ser efetuada quando da contratação (ou até a data da apresentação dos documentos de habilitação) mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

* Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

* Ficha de Empregado.

* Contrato Social (no caso do profissional ser sócio da empresa).

* Contrato particular de prestação de serviços.

3.5. Especificidade do Contrato de Prestação de Serviços: O contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral da obra/serviço objeto desta licitação.

4. Disposições Gerais sobre Atestados e Responsável Técnico

4.1. Vedações:



* No caso de dois ou mais licitantes indicarem um mesmo profissional como responsável técnico, todas serão inabilitadas.

4.2. Validação da Capacidade: Caso o licitante utilize atestado em nome do Responsável Técnico para comprovar a Capacidade Técnica Operacional (da empresa), este deverá demonstrar que a licitante, pessoa jurídica, executou/prestou o serviço/obra. O atestado apresentado pelo Responsável Técnico também deve comprovar a experiência na execução dos quantitativos mínimos e serviços especificados no item 2.2. Caso contrário, a comprovação será válida apenas para a capacidade técnica profissional, não atendendo aos requisitos da capacidade técnica operacional.

4.3. Para os aspectos técnicos específicos relativos ao item 2.2, a qualificação técnica pode ser demonstrada por meio de atestados relativos ao potencial subcontratado, em relação a 25% do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado, na forma do § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. Verificação de Veracidade: Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Presidente da Comissão/Agente de Contratação e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

5. Outras Exigências

5.1. Cadastro Técnico Federal (CTF): Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro.

17. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

17.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

17.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

18. DOS RECURSOS

18.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

18.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

18.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 18.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

18.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 18.1.2.

18.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

18.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

18.3. O agente de contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à Autoridade Superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1- Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a Autoridade Superior da UEPB adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

19.2- A autoridade Superior poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição, com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

19.3- A homologação desta Concorrência compete à Autoridade Superior da UEPB.

20. DA ASSINATURA DO CONTRATO E DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 – Depois de homologado o resultado desta Concorrência, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

20.1.1 – O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

20.1.2 - Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 20.1.

20.1.3 – A UEPB poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 20.1.

20.1.4 – Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 20.1, será facultado à Administração, através do Agente de Contratação, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º da Lei nº 14.133/2021.

20.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

20.4. A subcontratação dos serviços listados será limitada à **30% do orçamento**, salvo situações justificadas.

20.5. Havendo subcontratação de parte dos serviços ou fornecimentos, deverá ser informada e formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com a indicação da empresas subcontratas e as especificações dos serviços/fornecimentos que executará(ão), para autorização expressa da Fiscalização da UEPB.

20.6. Se admitida a subcontratação, nos termos do **item 18** do Projeto Básico, serão obrigações adicionais do Contratado:

20.6.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, responsabilizar-se de forma integral pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, e responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

20.6.2. Apresentar formalmente a listagem das empresas subcontratadas à fiscalização do contrato;



20.7. As empresas subcontratadas deverão comprovar as qualificações técnicas necessárias aos serviços, sendo indispensável a apresentação de atestados de capacidade técnica iguais ou superiores aos exigidos no Edital, quando for o caso.

21. DA GARANTIA

21.1- Em até 10 dias após a assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar garantia de execução contratual referente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, vigente ao longo do cronograma físico x financeiro, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2- Após o cumprimento fiel e integral do contrato a UEPB liberará, ou devolverá, mediante requerimento da CONTRATADA, a garantia mencionada.

21.3- A garantia responderá, também, pelas multas que porventura vierem a ser aplicadas e poderá ser substituída, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "a" da Lei 14.133/2021.

21.4- A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro de responsabilidade civil vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

21.5- A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro contra riscos de engenharia vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1- Considerando que a licitação ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA há de se aplicar as sanções previstas em conformidade com a Lei nº 9.697/2012, além das penalidades relativas à inexecução contratual previstas na Lei n. 14.133 de 2021.

22.2- Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a UEPB poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

22.3- Poderá a CONTRATADA ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

22.4- Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente, a UEPB poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.4.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

22.4.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da UEPB e registrada no SICAF, nos seguintes casos:

22.4.1.1.1 Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não o impetrar;

22.4.1.1.2. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

22.4.1.2- Pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o Contrato, nos seguintes casos:



22.4.1.2.1- Quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o Contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

22.4.1.2.2- Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

22.4.1.2.3- Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 05 (cinco) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.

22.4.1.2.4- Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

22.4.2- MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

22.4.2.1- Nos casos de atrasos:

22.4.2.1.1- 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

22.4.2.1.2- 1 % (um por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da UEPB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

22.4.2.1.3- 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 22.4.2.1.1 e 22.4.2.1.2;

22.4.2.2- Nos casos de recusa ou inexecução:

22.4.2.2.1- 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela UEPB ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

22.4.2.2.2- 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

22.4.2.2.3- No caso de subcontratação não autorizada pela UEPB será aplicada a multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total contratado.

22.4.2.3- A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 136, inciso II, da Lei n. 14.133 de 2021 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 8º do artigo 156 da Lei n. 14.133 de 2021, observada a seguinte ordem:

22.4.2.3.1- Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

22.4.2.3.2- Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;

22.4.2.3.3- Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

22.4.2.4- Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela UEPB, além da perda desta, sua diferença será descontada da garantia ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir



do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

22.4.2.5- Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

22.4.2.5.1- O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

22.4.2.5.2- A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

22.4.2.6- A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

22.4.2.7- Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse da UEPB em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma do subitem 22.4.2.1 e 22.4.2.2.

22.4.3- **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e contratar com a UEPB e toda a Administração Pública, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, de acordo com os prazos a seguir:

22.4.3.1- Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e Anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

22.4.3.2- Por até 2 (dois) anos quando a CONTRATADA deixar de efetuar o pagamento de qualquer das multas previstas no item 22.3.2.

22.4.3.3- Por até 3 (três) anos, quando a CONTRATADA:

22.4.3.3.1- Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato;

22.4.3.3.2- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

22.4.3.3.3- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.4.3.3.4- Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

22.4.3.3.5- Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;

22.4.3.3.6- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.

22.4.4- A aplicação da sanção de que trata o subitem 22.4.3 implicará ainda o descredenciamento da licitante, pelo mesmo prazo, do SICAF.

22.4.5- As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV, Capítulo I da Lei n. 14.133 de 2021, aplicam-se a esta licitação e ao Contrato decorrente.

22.5- SÃO COMPETENTES PARA APLICAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO:

22.5.1- O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e



22.5.2- O Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

22.5.3- A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Estado e registrada no SICAF.

22.6- DISPOSIÇÕES GERAIS

22.6.1- As sanções previstas nos itens 22.4 e 22.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:

22.6.1.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.6.1.2- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.6.1.2.3- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.7- DO DIREITO DE DEFESA:

22.7.1- É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

22.7.2- O recurso será dirigido ao Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

22.7.3- Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

22.7.4- Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar:

22.7.4.1 - A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

22.7.4.2- O prazo do impedimento para licitar e contratar;

22.7.4.3 - O fundamento legal da sanção aplicada; e

22.7.4.4 - O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

22.7.4.5- Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

22.8- DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

22.8.1- Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Estado as sanções aplicadas com fundamento nos itens 22.4.1 e 22.4.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 136 da Lei nº. 14.133/2021.



22.8.2- Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

22.9- DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS:

22.9.1- Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a UEPB pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

22.10- A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face:

22.10.1- Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021;

22.10.2- Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1- Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior a data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer cidadão poderá impugnar o ato convocatório desta Concorrência mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@setor.uepb.edu.br.

23.2- Compete ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

23.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

23.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Agente de Contratação até as 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@setor.uepb.edu.br.

23.4.1 – O Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

23.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da UEPB para os interessados.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

24.1- A UEPB proporcionará à licitante vencedora contratada o apoio necessário para o fiel cumprimento do presente contrato.

24.2- Exercer a fiscalização sobre os serviços, através do Fiscal do Contrato, sendo ele representante da empresa ou contratado para este fim, não obstante a licitante vencedora contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços.

24.3- Comunicar à licitante vencedora contratada por escrito, as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços ora contratados.



24.4- Supervisionar o andamento das obras e serviços e encaminhar as providências necessárias para cumprimento das metas de prazo e qualidade;

24.5- Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a licitante vencedora contratada executar fora das especificações deste Projeto Básico e seus anexos.

24.6- Cumprir as normas e condições estipuladas no Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

24.7- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora contratada.

24.8- Efetuar os pagamentos devidos à licitante vencedora contratada, na forma convencionada no instrumento contratual, dentro do prazo previsto, desde que atendidas todas às formalidades.

24.9-Facilitar o acesso do pessoal da licitante vencedora contratada, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, quando necessário, às suas dependências.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Prestar os serviços em conformidade com as condições, especificações e diretrizes do edital e seus anexos, utilizando profissionais capacitados, quantitativamente suficientes para a adequada execução do objeto da licitação nos prazos estabelecidos, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação específica de regência das atividades contratadas, especialmente:

25.1.1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra contratada.

25.1.2- Mitigação por condicionantes e compensação ambiental definidas no procedimento de licenciamento ambiental.

25.1.3- Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais.

25.1.4- Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística.

25.1.5- Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, quando for o caso, inclusive por meio de avaliação do impacto indireto causado pela obra contratada.

25.1.6- Acessibilidade ao uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

25.2- Cumprir todas as disposições de ordem trabalhista, fiscal, acidentária e previdenciária, referentes ao seu pessoal: (a) respondendo administrativa, civil e penalmente por seus eventuais descumprimentos; (b) isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades presentes ou futuras; (c) apresentando as provas do fiel cumprimento, quando cobradas pela CONTRATANTE.

25.3- Responsabilizar-se por danos diretos, ou indiretos, mediatos, ou imediatos, lucros cessantes, causados a CONTRATANTE, ou a terceiros, por culpa ou dolo comprovados. A CONTRATANTE poderá reter pagamentos visando ao ressarcimento dos danos causados.

25.4- Apresentar amostra de materiais, insumos e equipamentos a serem empregados na execução da obra para prévia análise e aprovação pela fiscalização;

25.5- Refazer, às suas expensas, os serviços inadequadamente realizados, sem qualquer ônus para a UEPB.

25.6- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os aditivos na forma da Lei 14.133/2021. Nenhum aditivo poderá exceder o limite legal.

25.7- Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

25.8- Responsabilizar-se pela tramitação e aprovação dos projetos da Obra, nos órgãos competentes, de acordo com as especificidades e legislação aplicável a cada projeto. As



despesas com o cadastramento e análise dos projetos pelos órgãos competentes serão pagas pela licitante vencedora contratada.

25.9- Alocar aos serviços toda a mão-de-obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, reservando-se a UEPB o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

25.10- Aplicar/utilizar, nas obras e serviços, materiais de boa qualidade, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso reservando-se a UEPB o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à licitante vencedora contratada todas as despesas consequentes.

25.11- Designar um profissional que atuará como seu representante junto a UEPB, nomeado Coordenador, podendo este ser o próprio representante legal ou funcionário designado para tal atribuição.

25.12- Fornecer todas as condições necessárias aos seus empregados para a execução dos serviços; assim como se responsabilizar, com exclusividade, pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de despesa ou indenizações demandadas por seus empregados, judicial ou administrativamente;

25.13- Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a UEPB.

25.14- Deverá vincular à obra, profissional em segurança do trabalho, em jornada adequada de trabalho, o qual se responsabilizará em conjunto com a construtora pelo cumprimento das normas estabelecidas pela NR-18.

25.15- Manter seus funcionários sempre uniformizados e identificados com crachá.

25.16- Apresentar, para controle e exame, sempre que a UEPB o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação.

25.17- Retirar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela Administração da UEPB, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado;

25.18- Mesmo após a entrega final do empreendimento, se for identificada qualquer falha, cuja responsabilidade seja atribuída à licitante vencedora contratada, ela deverá providenciar, às suas custas, o saneamento das impropriedades detectadas.

25.19- Assegurar a reparação física e/ou financeira de todo e qualquer dano ou prejuízo que venha causar direta ou indiretamente a pessoas e/ou bens de propriedade ou não da UEPB, durante a vigência do contrato;

25.20- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

25.21- Emitir as Notas Fiscais/Faturas com o mesmo CNPJ da proposta/documentos da habilitação, apresentados na Licitação.

25.22- Apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura apropriada, em 02 (duas) vias, e lançar na Nota Fiscal as especificações dos serviços, o número do contrato, número da ordem de serviço e do processo.

25.23- Exonerar a UEPB da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referentes aos serviços cujo fornecimento compete à licitante vencedora contratada, bem como por reclamação de seus empregados.

25.24- Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.



25.25- A licitante vencedora contratada deverá cumprir o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Práticas SEAP (Portaria MARE nº 223.6/97), as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados e aos insumos fornecidos.

25.26- A licitante vencedora contratada será responsável por quaisquer danos causados às redes das concessionárias, devendo estar de posse de todos os cadastros dos locais objeto do contrato, devendo, ainda:

25.31.1- Verificar se as solicitações às concessionárias foram formalizadas e se os prazos acordados estão sendo/foram cumpridos; e

25.31.2- Verificar se as alterações de projeto passaram por novo processo de aprovação;

25.31.3- Verificar o tipo e as providências a serem tomadas para superação do problema.

25.27- Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas da UEPB ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

25.28- A licitante vencedora contratada concorda em manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita da UEPB.

26. DAS MEDIÇÕES

26.1 – As medições das obras e/ou serviços obedecerão cronograma físico-financeiro detalhado entregue pela licitante vencedora contratada e de desembolso financeiro formalmente aceito na proposta de preços, que será ajustado em função de inícios ou reinícios de etapas da obra e/ou.

26.2 – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da UEPB.

26.3 – O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:

(a) Todos os itens constantes da Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Encarte 6 do Projeto Básico)

(b) O preço unitário dos itens não contemplados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Encarte 6 do Projeto Básico, incluídos em virtude de alterações contratuais, observados os limites legais, deverá seguir os procedimentos descritos no § 2º, art. 23 da Lei 14.133/21.

26.3.1 – Os serviços/materiais serão medidos conforme executados na obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro detalhado entregue pela **licitante vencedora contratada** e de desembolso financeiro formalmente aceito na proposta de preços.

26.3.2 – Tratando-se de regime de execução de empreitada por preço unitário, o pagamento será realizado após a aprovação de cada etapa.

26.3.3 – Os boletins de medições dos serviços executados deverão ser apresentados pela contratada a cada 30 (trinta) dias. A Fiscalização terá 10 (dez) dias úteis para a avaliação (aprovação / contestação) da medição apresentada.

26.3.4 – A UEPB poderá contar, para fiscalização e avaliação das medições, com o apoio de serviços terceirizados.

26.4 – Não serão considerados nas medições quaisquer obras e/ou serviços executados, mas não discriminados na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Encarte 6 do Projeto Básico), ou em suas eventuais alterações no curso do Contrato, decididamente aprovadas.

27. DO PAGAMENTO



27.1- O pagamento será efetuado conforme determinado para o **REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

27.2- O pagamento será realizado logo após aprovação de boletim de medição.

27.3- Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento e como condição indispensável para emissão do ateste, a licitante vencedora contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato os produtos gerados dos serviços executados e os valores a serem pagos, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

27.4- Para fins de obtenção de ateste da Nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, NO QUE COUBER, nas dependências da UEPB:

27.4.1-Planilha de Medição aprovada;

27.4.2-Diário de obra do período;

27.4.3- Ordem de Serviço expedida;

27.4.4- Relatório fotográfico dos serviços efetivamente executados;

27.4.5- Declaração da CONTRATADA contendo a relação de empregados que realizaram os trabalhos, assim como o tempo de permanência (dias) de cada um nas dependências da UEPB;

27.4.6- Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado);

27.4.7- Folha de pagamento;

27.4.8- GPS (INSS);

27.4.9- -SEFIP e GFIP (FGTS);

27.4.10-Guias de contribuição sindical;

27.4.11-Recibos de pagamento, individual e por função;

27.4.12-Recibos de vales refeição e transporte;

27.4.13-Cartões/registro ponto (quando for o caso);

27.4.14-Rescisões de contratos de trabalho (quando for o caso).

27.4.15-Nota de empenho;

27.4.16-Contrato;

27.4.17-Publicação no D.O.E.;

27.4.18-Solicitação de pagamento da Contratada.

27.5- A UEPB informará ao Representante da licitante vencedora contratada o valor correto para emissão da Nota Fiscal.

27.6- A liberação do pagamento das medições estará condicionada a total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional.

27.7-A liberação do pagamento da **medição final** está vinculada:

27.7.1- A entrega do Manual do Usuário da edificação, contendo informações descritivas da obra e instruções de operação, manutenção e conservação;

27.7.2- Apresentação dos projetos "AS BUILT", acompanhados do relatório fotográfico quando se fizer necessário ou solicitado pela fiscalização, com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto.



27.7.3-Todas as outras exigências apresentadas nas plantas e memoriais descritivos de cada projeto;

27.8- O pagamento será efetuado a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, sob responsabilidade da PROFIN.

27.9- Antes do pagamento, a UEPB realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

27.10-Serão efetuadas as seguintes consultas:

27.10.1-Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

27.10.2-Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

27.10.3-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

27.10.4-Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

27.10.5-Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

27.11-Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

27.12-O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela licitante vencedora contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

27.13-Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

27.14-A UEPB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela licitante vencedora contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

28. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO

28.1 Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

28.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo sétimo do art. 25 da 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

28.2.1. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

28.2.2. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

28.2.3. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

28.2.4. O contrato será reajustado na forma da Lei e deste Edital, independentemente de solicitação do CONTRATADO, salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro imputável ao CONTRATADO;

28.2.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Edital deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.



28.3. O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$$R = K \times Vr$$

$$R = \left(\frac{li}{lo} - 1 \right) \times Vr$$

$$K = \left(\frac{li}{lo} - 1 \right)$$

R = valor do reajustamento procurado,

K = Fator de reajustamento

Vr = Valor da fatura a ser reajustada

lo = O índice de preços inicial (lo) será o índice econômico vigente na data do orçamento.

li = O índice de preços (li) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento conforme estabelece o parágrafo terceiro, do art. 92, da lei 14.133/2021.

28.3.1. Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. E, decorrido esse interregno, proceder-se-á a novo reajustamento de acordo com a metodologia constante neste Edital.

28.3.2. A periodicidade do reajustamento poderá ser reduzida por meio de legislação superveniente.

28.3.3. O primeiro reajustamento, quando couber, será concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, desde que preenchidos os requisitos legais.

28.3.4. Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, o valor contratual deverá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento;

28.3.5. Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

28.4. Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

28.5. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

28.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.



28.7. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

28.8. A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

29. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

29.1- Os locais de execução dos serviços estão dispostos no anexo I PROJETO BÁSICO.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1- Caso não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo do Edital, desde que não haja comunicação em contrário da UEPB.

30.2- É facultada à Presidente da Comissão/Agente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

30.3- Fica assegurado ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação o direito de revogar esta licitação em face de razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

30.4- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a UEPB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

30.5- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.6- Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Presidente da Comissão/Agente de Contratação.

30.7- As penalidades serão registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o FORNECEDOR deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.

30.8- Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na UEPB.

30.9- O desatendimento a exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do FORNECEDOR, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública desta Concorrência.

30.10- As normas que disciplinam esta concorrência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

30.11- O Edital e seus anexos, além de poderem ser lidos e retirados endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.uepb.edu.br, através do link de acesso abaixo, e estarão disponíveis também no Setor de Licitações da UEPB, localizada na Rua Dr. Francisco Pinto, 734 - 2o Andar, Bairro Universitário - Campina Grande – PB, CEP: 58.109-783, Telefone (083) 3315-3348, no horário de **8h30 às 12h e 13h30 às 16h** ou diretamente por meio do link:

<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1a2XDINqIQqRgOrbEB3t1tXy5IsA7Vj8j>

30.12- Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.



30.13 - Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site COMPRAS GOVERNAMENTAIS e as especificações técnicas constantes no PROJETO BÁSICO e seus encartes, o FORNECEDOR deverá obedecer a este último.

30.14 - É facultado ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

30.15 - Integram este edital os seguintes anexos:

ANEXO 1 – PROJETO BÁSICO;

ENCARTE 1 - DECLARAÇÃO DE VISTORIA/DISPENSA DE VISTORIA

ENCARTE 2- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO

ENCARTE 3- DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DA EQUIPE TÉCNICA

ENCARTE 4- PROJETOS E CADERNOS DE ENCARGOS/MEMORIAIS DESCRITIVOS

ENCARTE 5- CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ENCARTE 6- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL

ANEXO 2 – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO 3 – MODELO DE PROPOSTA DO LICITANTE

ANEXO 4 – DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

ANEXO 5 – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO 6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO (PARA AS LICITANTES CADASTRADAS)


ANEXO 7 – DECLARAÇÃO DE NÃO TER RELAÇÃO DE PARENTESCO VEDADA PELO INCISO III DO ART. 1º DA LEI Nº 8.124/2006.

ANEXO 8 - DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL


31. DO FORO

31.1-O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o do Município de Campina Grande.

Campina Grande, 23 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
 ISABELLE SILVEIRA ARRUDA
Data: 23/04/2026 08:36:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Isabelle Silveira Arruda
Mat 105.484-4
Responsável pela elaboração do Edital

Documento assinado digitalmente
 ROSILANIA FERNANDES ALVES
Data: 23/04/2026 09:57:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rosilania Fernandes Alves
ENG. CIVIL - UEPB – PROINFRA
CREA 160136105-0
Mat. 107333-8
Responsável técnico pela revisão do Edital



Documento assinado digitalmente
IVAN BARBOSA DOS SANTOS
Data: 23/04/2026 10:15:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ivan Barbosa dos Santos
Pró-Reitor Adjunto de Gestão Administrativa
Responsável técnico pela revisão do Edital
Matrícula: 102.845-4



ANEXO I - Projeto Básico, composto pelos Encartes 1 a 6

ENCARTE 01

DECLARAÇÃO DE VISTORIA/DISPENSA DE VISTORIA
[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]
DECLARAÇÃO DE VISTORIA/DISPENSA DE VISTORIA

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

Comissão Licitação

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, no Estado de _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que tem conhecimento das informações e do local relacionado à RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, objeto do presente Edital e que, caso vencedor, será plenamente capaz de mantê-lo nas atuais condições existentes, não cabendo posteriormente qualquer reajuste sob a alegação de desconhecimento.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

_____, em _____ de _____ de 20__

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Razão Social Carimbo do CNPJ]



ANEXO I - Projeto Básico, composto pelos Encartes 1 a 6

ENCARTE 02

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PROJETO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, no Estado de _____, inscrita no CNPJ nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que tem conhecimento total das informações apresentadas nos anexos/encartes deste edital de licitação, especialmente o Projeto Básico e todos os seus anexos/encartes, sendo suficiente para precificar a execução da **RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF**, objeto do presente Edital e que, caso vencedor, será plenamente capaz de mantê-lo nas atuais condições existentes, não cabendo posteriormente qualquer reajuste sob a alegação de desconhecimento.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

_____, em _____ de _____ de 20__

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Razão Social Carimbo do CNPJ]



ANEXO I - Projeto Básico, composto pelos Encartes 1 a 6

ENCARTE 03

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DA EQUIPE TÉCNICA

(papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPE TÉCNICA

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, no Estado de _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui em seu quadro os profissionais exigidos na etapa de qualificação técnica, e que estes têm total disponibilidade para serem responsáveis técnicos pela RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, e por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

_____, em _____ de _____ de 20__

[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal]

[Razão Social Carimbo do CNPJ]



ANEXO I - Projeto Básico, composto pelos Encartes 1 a 6

ENCARTES 04,05,06

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 9003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

- ✓ ENCARTE 04 – Projetos e Cadernos de Encargos/Memoriais Descritivos
- ✓ ENCARTE 05 - Cronograma Físico-Financeiro da Obra
- ✓ ENCARTE 06 - Planilha Orçamentária Referencial

* Os ENCARTES 04, 05, 06, estarão disponíveis na sede da CPL, no Setor de Licitações da UEPB, localizada na Rua Dr. Francisco Pinto, 734 - 2o Andar, Bairro Universitário - Campina Grande – PB, CEP: 58.109-783, Telefone (083) 3315 3348, no horário de **9:00 às 12:00** horas e das **14:00 às 17:00** horas.

e para *download*, através do link:

<https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1a2XDINqIQqRgOrbEB3t1tXy5IsA7Vj8j>



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DO LICITANTE

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

(**nome da empresa**) _____, CNPJ-
MF N.º _____, sediada (**endereço completo**) _____, tendo
examinado o Edital, vem apresentar a proposta para execução dos serviços nele referidos, no
valor de R\$.....(por extenso).

Outrossim, declara que:

- a) esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
- b) concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega;
- c) Que os serviços serão executados no prazo disposto na ordem de serviço.

Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições do Edital.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

(papel timbrado da empresa)



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

____(nome da empresa) ____, CNPJ-MF n.º ____, sediada ____ (endereço completo) _____, telefone (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxx@xxxxx.com.br, tendo examinado o EDITAL, vem declarar sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não executando, ainda, qualquer trabalho com menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO V



DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

_____, empresário ou sócios da empresa, com sede na _____ (endereço completo) _____, telefone (xx) xxxx-xxxx, email: xxxxxx@xxxxx.com.br, em constituição nessa Junta Comercial, declara(m) para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso I (se microempresa) ou II (se empresa de pequeno porte) do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Em atendimento as disposições da Lei Complementar 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte adotará em seu nome empresarial a expressão ME ou EPP.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO VI



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
DE HABILITAÇÃO (PARA AS LICITANTES CADASTRADAS)**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

__ (nome da empresa) __, CNPJ-MF n.º __, sediada __ (endereço completo) __, telefone: (XX) XXXX-XXXX, email: xxxxxx@xxxxx.com, tendo examinado a licitação supracitada, DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



**DECLARAÇÃO DE NÃO TER RELAÇÃO DE PARENTESCO VEDADA PELO
INCISO III DO ART. 1º DA LEI Nº 8.124/2006.**

(papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025

Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Representante Legal, (Nome/CPF), declara para fins do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.124, de 19 de dezembro de 2006, alterado pela Lei nº 10.272, de 09 de abril de 2014, não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada no inciso III, do art. 1º.
Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E
REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

(papel timbrado da empresa)

D E C L A R A Ç Ã O

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2025



Contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para a execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, contemplando execução de obras com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

A empresa (Razão Social da Licitante), inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no art. 116 da Lei Federal n.º 14.133/21, que durante a execução do contrato, cumprirá a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Local e Data,

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO



PROJETO BÁSICO

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF

Campina Grande/PB, março de 2026.



SUMÁRIO

1	DO OBJETO.....	3
2	DO OBJETIVO.....	3
3	DO ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	3
4	DOS ENCARTES DESTE PROJETO BÁSICO.....	4
5	DA JUSTIFICATIVA.....	5
6	DO PREÇO.....	5
7	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
8	DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO.....	6
9	DOS CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO.....	6
10	DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA.....	7
11	DO PRAZO.....	7
12	DA VISITA AO LOCAL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS.....	8
13	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.....	8
14	DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS.....	9
15	DO CONTRATO.....	9
16	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	9
17	DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO.....	10
18	DA SUBCONTRATAÇÃO.....	11
19	DO REAJUSTE.....	11
20	DAS MEDIÇÕES DAS OBRAS.....	11
21	DO PAGAMENTO.....	12
22	DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA.....	13
23	DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA.....	13
24	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	14
25	DAS OBRIGAÇÕES DA UEPB.....	16
26	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	16
27	DA RESPONSABILIDADE PELO PROJETO BÁSICO.....	20



PROJETO BÁSICO

1 DO OBJETO

Contratação de empresa especializado em engenharia e construção civil para execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, no Campus I da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Campina Grande/PB, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

2 DO OBJETIVO

2.1 Este projeto básico tem como objetivo fornecer diretrizes para Contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para execução da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, no Campus I da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Campina Grande/PB, conforme especificações e anexos do Projeto Básico.

3 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços a serem executados para a conclusão da RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, contemplando a execução de serviços especializados em Estruturas Metálicas, que envolvem o fornecimento de material e mão de obra, no Campus I da Universidade estadual da Paraíba – UEPB, na cidade de Campina Grande/PB, contemplando uma área de cobertura de **1.947,55m²**.

3.2 A execução dos serviços deverá estar de acordo com as especificações e anexos, presentes neste instrumento, nos Cadernos de Encargos/Memoriais Descritivos e Projetos Executivos das Disciplinas.

3.3 As etapas da obra deverão ser concluídas nos prazos estipulados no Cronograma Físico x Financeiro apresentado pela licitante vencedora contratada e aprovado pela UEPB. Os prazos são contados em dias corridos, obedecendo ao prazo máximo definido pela UEPB.

3.4 A licitante vencedora contratada fornecerá todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, dando andamento conveniente aos serviços, de modo que possam ser integralmente cumpridos o cronograma e os prazos estabelecidos.

3.5 Fica entendido que os projetos, memoriais descritivos, as especificações, as plantas, as planilhas de quantitativos e toda a documentação constante deste Projeto Básico são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será considerado como especificado e válido, bem como, consoante ao Edital de Licitação.

3.6 Para fins de análise de escopo detalhado da Execução da obra de RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, a licitante deve observar as informações apresentadas nos projetos de Estrutura Metálica e de Arquitetura, compatíveis com memoriais descritivos e relação de materiais.

3.7 Os serviços somente serão iniciados mediante emissão de Ordem de Serviço – OS, cuja expedição somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, a entrega da garantia de cumprimento do contrato e todas as obrigações listadas neste instrumento.

3.8 Todos os serviços, serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da licitante vencedora contratada, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada disciplina.

3.9 A coordenação dos trabalhos deverá ser executada por profissionais habilitados, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), nos termos da Lei n. 6.496 de 1977 e disposto na Resolução n. 1.007, de 05/12/2003, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), os quais deverão ser os indicados pela licitante vencedora contratada como integrantes de sua Equipe Técnica.



3.10 Para a execução deste objeto será necessário um planejamento completo da obra, a movimentação dos materiais, mobilização de mão-de-obra, estocagem, ruído, poeira, segurança, entre outros.

3.11 A licitante vencedora contratada deverá executar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

- 3.11.1. Lei n. 14.133 de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
- 3.11.2. ABNT NBR 14611:2000 - Desenho técnico - Representação simplificada em estruturas metálicas;
- 3.11.3. ABNT NBR 8800:2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- 3.11.4. ABNT NBR 9.050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 3.11.5. Normas pertinentes da ABNT, atualizadas, ou as normas internacionais consagradas na falta desta;
- 3.11.6. Lei n. 6.514 de 22 de dezembro de 1977, referente às Normas Regulamentadoras (NR) – Segurança e Saúde do Trabalho.
- 3.11.7. Resolução CONFEA n. 361, de 10/12/1991, NO QUE COUBER;
- 3.11.8. Regras e normas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme o local dos serviços;
- 3.11.9. Decreto n. 5.975 de 2006 e Portaria n. 253 de 2006 do Ministério do Meio Ambiente;
- 3.11.10. Decreto n. 7.983, de 08/04/2013;
- 3.11.11. Resolução CONAMA n. 307 de 2002;
- 3.11.12. Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 1, de 19/01/2010;
- 3.11.13. Regulamentos e determinações das concessionárias dos serviços públicos locais;
- 3.11.14. Disposições das Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, estabelecidas pelo Decreto n. 92.100, de 10/12/1985, atualizadas através da Portaria n. 2.296, de 23/07/1997 (Práticas da SEAP);
- 3.11.15. Demais normas técnicas específicas aplicáveis e legislação correlata.

4 DOS ENCARTES DESTE PROJETO BÁSICO

4.1. Constituem anexos deste Projeto Básico os projetos de Estrutura Metálica, Memoriais Descritivos, Orçamentos e Cronograma Físico-Financeiro relacionados abaixo. Os documentos pertinentes serão fornecidos em formato digital editável.

Tabela 1 - Anexos deste Projeto Básico

ANEXOS	DESCRIÇÃO
ENCARTE 1	Declaração de Vistoria/Dispensa de Vistoria
ENCARTE 2	Declaração de Conhecimento do Projeto
ENCARTE 3	Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica
ENCARTE 4	Projetos e Cadernos de Encargos/Memoriais Descritivos

ENCARTE 5	Cronograma Físico-Financeiro da Obra
ENCARTE 6	Planilha Orçamentária Referencial
ENCARTE 7	ETP - Estudo Técnico Preliminar
ENCARTE 8	TR - Termo de Referência

5 DA JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços descritos no objeto justifica-se pelas razões relatadas a seguir:

O complexo da Central Acadêmica Paulo Freire localizada no Campus I da Universidade Estadual da Paraíba em Campina Grande/PB, que vem prestando o serviço de ensino superior de excelência à comunidade acadêmica, foi inaugurada em meados do ano de 2012, com o objetivo de absorver os estudantes dos cursos da instituição, ou seja, já são 12 anos de utilização da edificação.

Durante todo este período, a edificação que foi projetada para atender a população de acadêmica da instituição, vem tendo seus sistemas, subsistema e elementos construtivos submetidos aos agentes agressivos de natureza diversa, que estão provocando seu desgaste. Este processo de desgaste é natural em qualquer tipo de edificação, contudo medidas de contenção e controle devem ser adotadas para evitar a evolução dessas anomalias e expor a edificação ao risco de colapso dos seus elementos construtivos.

Em atendimento a solicitação anexada ao processo 55000.006935.2024-77, que requisita uma avaliação da estrutura metálica da cobertura da Central Acadêmica Paulo Freire, o setor de Engenharia e Arquitetura da Pró-reitoria de Infraestrutura – Proinfra realizou vistoria nas instalações, além de elaborar Laudo de Vistoria que relata a real condição da estrutura metálica, até a data da vistoria, identificando os principais pontos de desgastes dos elementos que compõem a estrutura.

O mencionado laudo aponta principalmente para o processo de oxidação ao qual a estrutura metálica está submetida. Esta patologia está presente em praticamente todos os elementos estruturais que compõe estrutura dos arcos, contraventamentos, trama e calhas da cobertura. O documento aponta que, em sua grande parte, a estrutura está apresentando oxidação superficial, tornando viável a realização da manutenção e mantendo a estrutura original da cobertura. Exceto na fachada leste e na estrutura de suporte das calhas, onde os elementos apresentam o processo de desgaste avançado, sendo necessário realizar a substituição dos elementos específicos.

As patologias presentes nos elementos estruturais são patologias que estão em constante evolução, o processo de desgaste não estabiliza e a tendência da evolução é de levar o elemento até o colapso total.

Portanto, apesar de boa parte dos elementos estruturais apresentarem oxidação superficial, que não apresenta risco de colapso iminente, negligenciar a manutenção desse tipo de patologia pode, em algum momento, levar a estrutura ao risco de colapso, além de refletir diretamente nos custos para realização do serviço de manutenção, gerando um aumento significativo desta.

Em síntese, as patologias presentes na estrutura metálica da cobertura da central de aulas, exigem celeridade no processo de manutenção, para não expor a comunidade acadêmica a riscos de eventuais acidentes e a estrutura a danos de maior monta.

A vistoria também resultou na produção de um orçamento para realização da manutenção e recuperação dos elementos estruturais danificados e todos os serviços relacionados direta e indiretamente com execução do serviço de recuperação. O orçamento está atualmente com valor de **R\$ 666.442,96 (seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos)**.

Em resumo, justifica-se a execução do serviço de manutenção, em virtude das possíveis consequências da evolução das patologias.



6 DO PREÇO

6.1 O valor estimado referencial para a execução do objeto é de **R\$ R\$ 666.442,96** (seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos).

7 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da execução dos serviços a serem contratados correrão à conta de recursos específicos, DFD - Gestão/Unidade: 6 - Fonte de Recursos: 500 - Programa de Trabalho: 5006 - Elemento de Despesa: 39.

8 DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

8.1 A adoção da modalidade de CONCORRÊNCIA, amparada pela Lei nº 14.133/2021, para a contratação de empresa ou consórcio especializado em engenharia e construção civil para execução da obra de RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE - CAPF, visa celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção a proposta mais vantajosa para Administração Pública, associada à garantia de maior qualidade na execução das obras.

8.2 A configuração adotada é a forma Eletrônica, modo de disputa **ABERTA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

8.3 A utilização da tipologia acima descrita garantirá a UEPB economia diante da função do custo-benefício em relação à prestação dos serviços em questão que poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, assim sendo, justifica-se a junção dos serviços descritos.

9 DOS CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

9.1 Poderão participar do certame empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estejam com os registros cadastrais regulares junto aos órgãos competentes.

9.2 Poderão participar, ainda, empresas constituídas por Consórcio, devendo apresentar:

9.2.1 Termo de Compromisso Público, subscrito pelos consorciados, com o devido reconhecimento de suas firmas em Cartório, indicando os serviços ofertados por cada consorciada em relação ao objeto da licitação, definindo assim a respectiva participação de cada consorciado;

9.2.2 Indicação da Empresa-Líder do Consórcio, que deverá responsabilizar-se pela coordenação do objeto e representação junto a UEPB, bem como pela apresentação da garantia.

9.3 As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo Consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até a final execução do Contrato.

9.4 Em caso de Consórcio, cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida no edital e seus anexos.

9.5 É obrigatória a demonstração, por empresa consorciada, dos índices contábeis para fins de qualificação econômico-financeira, na forma estabelecida no art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

9.6 Só poderão participar do certame Consórcios cuja liderança seja, obrigatoriamente, exercida por empresa brasileira.

9.7 São obrigatórios a constituição e o registro do Consórcio antes da Celebração do Contrato.

9.8 O licitante que participar desta licitação em Consórcio não poderá, também, participar de forma isolada ou como membro de mais de um Consórcio.



9.9 A Empresa-Líder do Consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela oferta dos lances, durante o certame, em nome do Consórcio.

9.10 As Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte – EPPs, para utilizarem do benefício do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão se consorciar com empresas de grande porte.

9.11 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

9.12 Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela UEPB.

10 DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.1. Atestado(s) de Capacidade da Técnico-Operacional da licitante, ou transcritos de seu acervo, em que figure os Responsáveis Técnicos da Empresa, comprovando a execução de serviços compatíveis em características e complexidade àqueles relativos ao objeto da licitação, contemplando, no mínimo:

OBRA	UN	QTD MÍNIMA
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICAS DE COBERTURA COM TELHAMENTO METÁLICO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.	m ²	900,00

10.2. Atestado(s) de Capacidade da Técnico-Profissional dos profissionais da licitante, transcritos de seu acervo, registrado no CREA, comprovando a execução de serviços compatíveis em características e complexidade àqueles relativos ao objeto da licitação, contemplando, no mínimo:

OBRA	UN	QTD MÍNIMA
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICAS DE COBERTURA COM TELHAMENTO METÁLICO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.	m ²	900,00

10.2.1 Declaração de que disponibilizará (ENCARTE 03 – Declaração de Disponibilidade de Equipe Técnica) os seguintes profissionais legalmente habilitados para atuarem como responsáveis técnicos em suas respectivas áreas: Engenheiro Civil. A comprovação do vínculo será efetuada quando da contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos: Carteira de Trabalho, Ficha de Empregado ou Contrato Social – no caso do profissional ser sócio da empresa –, ou, ainda, contrato particular de prestação de serviços.

10.2.2 Declaração, por escrito, de cada profissional, autorizando sua inclusão como membro da equipe técnica que participará efetivamente na execução dos trabalhos.

11 DO PRAZO

11.1 O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura da Ordem de Serviços e de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante vencedor.

11.2 O prazo do contrato decorrente da licitação será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado, com a devida justificativa, dentro das disposições da lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.



12 DA VISITA AO LOCAL PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS

12.1 O comparecimento ao local das obras para participar da licitação é apenas **OPTATIVO**. Entretanto, é de responsabilidade da licitante a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local da execução da obra.

12.2 A visita técnica poderá ser feita até um dia antes da sessão de abertura das propostas.

12.3 A licitante deverá encaminhar a declaração de que conhece as condições locais do objeto, conforme ENCARTÉ 01 – Declaração de Vistoria/Dispensa de Vistoria.

12.4 No ato da vistoria, a licitante deve se inteirar das condições e do grau de dificuldade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

12.5 O endereço de vistoria é: Rua Baraúnas, S/N, Campus I da UEPB, no horário de 8:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira. Caso a licitante entenda necessário o acompanhamento do técnico, o agendamento da vistoria poderá ser realizado na Pró-reitoria de Infraestrutura no endereço citado no preâmbulo deste Projeto Básico, ou através do fone: (83) 3315-3370.

12.6 A visita deverá ser realizada por intermédio do responsável técnico registrado perante o Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

12.7 O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da licitação.

13 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 O licitante deverá apresentar os **custos unitários, composições de custos unitários e custos totais orçados** no ato da apresentação da proposta, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução da obra, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais necessários, despesas tais como imposto, taxas, seguros, garantias, ARTs/RRTs, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro de obras, lucros, manual do usuário, EPIs, pessoal e equipamentos necessários ao planejamento gerencial das atividades nos canteiros de obras e quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias.

13.2 A proposta de preços deverá seguir modelo previsto nos ENCARTES 05 e 06 deste Projeto Básico, contendo:

- 13.2.1 Orçamento base;
- 13.2.2 Composição de custos unitários;
- 13.2.3 Composição do BDI;
- 13.2.4 Cronograma físico-financeiro;
- 13.2.5 Prazo para a execução da obra: 60 DIAS;
- 13.2.6 Prazo de vigência do contrato: 120 DIAS;
- 13.2.7 Prazo de validade da proposta: no mínimo 90 (noventa) dias;
- 13.2.8 Apresentação dos documentos exigidos para habilitação;
- 13.2.9 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- 13.2.10 Nome e CPF do representante legal da licitante.
- 13.2.11 Encarte 01 - Declaração de Vistoria/Dispensa de Vistoria preenchido e atestado.
- 13.2.12 Encarte 02 - Declaração que conhece todos os anexos deste Projeto Básico;

Nota: A Planilha Orçamentária apresentada é apenas orientativa, cabendo a proposta da Licitante refletir, exatamente, os serviços, composições, produtividade e valores a serem executados.

13.3 As planilhas de orçamento propostas pelas licitantes deverão ser entregues tanto impressas quanto em arquivo eletrônico Microsoft Excel editável (planilhas não bloqueadas).

13.4 A planilha de quantitativos e o cronograma físico apresentado nos Encartes 05 e 06 deste Projeto Básico são referências para elaboração da proposta pelo licitante.



13.5 A composição do BDI deverá ser detalhada e pormenorizada na Proposta de preços da empresa, indicando os valores que o constituem, **não sendo suficiente sua simples indicação na planilha** e deverão ser usados os parâmetros do TCU conforme preconiza no **Acórdão 2.622/2013** na definição dos limites máximo e mínimo.

14 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

14.1 O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública com base nos parâmetros previstos em especial na Lei nº 14.333, de 2021.

14.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- 14.2.1 Contenham vícios insanáveis.
- 14.2.2 Não obedeçam às especificações técnicas previstas no edital.
- 14.2.3 Apresentem preço manifestamente inexequível ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação.
- 14.2.4 Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CONTRATANTE.
- 14.2.5 Apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanáveis.

14.3 Demais inconformidades previstas em legislação correlata.

14.4 Considerar-se-ão inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a setenta por cento (70%) do menor dos seguintes valores

- 14.4.1 Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento (50%) do valor do orçamento estimado pela UEPB; ou Valor do orçamento estimado pela UEPB.

14.5 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

15 DO CONTRATO

15.1 Adjudicado o objeto e homologada a licitação, a UEPB convocará o representante legal da adjudicatária, mediante mensagem encaminhada por e-mail, para assinar o contrato no prazo de até cinco (5) dias úteis, a contar da data da remessa da mensagem por via eletrônica, prorrogável por igual prazo, mediante justificativa escrita da licitante apreciada pela UEPB, sujeitando-se a adjudicatária, em caso de recusa e/ou atrasos injustificados, ao disposto nos artigos 90, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Confirmando-se a recusa e/ou o atraso injustificado da assinatura do contrato, a comissão examinará as ofertas subsequentes, bem como a documentação relativa à habilitação das proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, devendo esta proponente assinar o contrato no prazo estabelecido nesta cláusula.

15.3 O edital e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

15.4 A assinatura do contrato será feita pelo sócio ou por representante legal constituído, podendo a UEPB exigir a apresentação do documento comprobatório de tal condição.

15.5 O contrato terá duração de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da publicação de seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante aditamento, pelo prazo necessário à conclusão da obra.

15.6 O contrato será regido pelas disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as regras específicas previstas na legislação vigente.

16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1 Em até 10 dias após a assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar **garantia de execução contratual referente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato**, vigente ao longo do



cronograma físico x financeiro, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Após o cumprimento fiel e integral do contrato a UEPB liberará, ou devolverá, mediante requerimento da CONTRATADA, a garantia mencionada.

16.3 A garantia responderá, também, pelas multas que porventura vierem a ser aplicadas e poderá ser substituída, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “a” da Lei 14.133/2021.

16.4 A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro de responsabilidade civil vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

16.5 A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro contra riscos de engenharia vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

17 DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

17.1. A licitante vencedora contratada deverá apresentar à fiscalização, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos**, sob pena rescisão contratual, programa completo de acompanhamento do empreendimento, que apresente etapas/atividades detalhadas; o cronograma de mão de obra e equipamentos a serem utilizados no empreendimento; bem com Cronograma Físico-Financeiro, com seus respectivos percentuais físicos em concordância com o cronograma apresentado juntamente com proposta, discriminando também as seguintes atividades:

- 17.1.1 Registro da Obra no CREA-PB;
- 17.1.2 Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra por todos os profissionais responsáveis técnicos exigidos na etapa de habilitação.
- 17.1.3 Abertura do Certificado de matrícula no INSS, para os serviços e obras contratados;
- 17.1.4 Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;
- 17.1.5 Nomeação de coordenador da execução da obra, o qual será designado preposto;

17.2. A licitante vencedora contratada deverá apresentar à fiscalização, **NO QUE COUBER, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, sob pena de rescisão contratual:

- 17.2.1 Relação de Equipamentos Mínimos, adequados e disponíveis para a execução da obra;
- 17.2.2 Plano de trabalho para execução dos serviços/obras com a descrição pormenorizada dos métodos construtivos, equipe técnica e equipamentos a serem utilizados em cada etapa dos serviços e obras.
- 17.2.3 Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT), ou Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico e Saúde Operacional (PCMSO) e Análise Preliminar de Riscos (APR) quando for o caso, com os seguintes documentos:
 - 17.2.4 Projeto de implantação do canteiro de obras;
 - 17.2.5 Comunicação Prévia da Obra no Ministério do Trabalho e Emprego;
 - 17.2.6 Certificado de Treinamento Introdutório de 6 (seis) horas de acordo com a Portaria NR-6, destinado a todos os empregados da obra;
 - 17.2.7 Certificado de Treinamento Introdutório de 6 (seis) horas de acordo com a Portaria NR-8, destinado a todos os empregados da obra;
 - 17.2.8 Certificado de Treinamento Introdutório de 8 (oito) horas de acordo com a Portaria NR-35, destinado a todos os empregados da obra;
 - 17.2.9 Cópia de registro de trabalho de todos os empregados na obra;



- 17.2.10 Ficha de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida e assinada por todos os empregados da obra;
- 17.2.11 Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados da obra compatível com a função;
- 17.2.12 Certificado de treinamentos específicos compatíveis com a função de cada empregado.
- 17.2.13 Comprovação de constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;

17.3 Havendo erros, omissões ou não conformidades na documentação referente à Segurança e Medicina do Trabalho, a licitante vencedora contratada será informada para correção. Após a verificação, os documentos serão devolvidos.

17.4 Todos os prazos estabelecidos no item 11 deste Projeto Básico serão contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Havendo subcontratação de parte dos serviços ou fornecimentos, deverá ser informada e formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com a indicação da(s) SUBCONTRATADA(S) e as especificações dos serviços/fornecimentos que executará(ão), para autorização expressa da Fiscalização da UEPB.

18.2 A subcontratação dos serviços listados será limitada à 30% do orçamento, salvo situações justificadas.

18.3 Fica vedada a subcontratação integral do objeto da licitação.

18.4 A CONTRATADA deverá providenciar e apresentar à Fiscalização, a cópia do contrato celebrado e demais documentos da(s) SUBCONTRATADA(S) que foram dela exigidos a execução dos serviços.

18.5 A subcontratação não eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades.

19 DO REAJUSTE

19.1 Poderá ser admitido, por solicitação da Contratada, o reajuste dos preços dos serviços, com base no Índice Nacional de Custos da Construção Civil – INCC, ou inerente a mais vantajosa para a administração, contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, de acordo com o artigo 13 do Decreto nº 9.507, de 2018.

19.2 O reajuste não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

19.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

19.3.1 Para o primeiro reajuste: a partir da data do orçamento de referência utilizado na licitação;

19.3.2 Para os reajustes subsequentes ao primeiro: da data do último reajuste.

19.4. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

19.4.1 A partir da data em que se completou o compute do interregno mínimo de 1 (um) ano;

19.4.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros.

19.5. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento ou aditamento ao contrato.



20 DAS MEDIÇÕES DAS OBRAS

20.1 Os serviços/materiais serão medidos conforme executados na obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro detalhado entregue pela **licitante vencedora contratada** e de desembolso financeiro formalmente aceito na proposta de preços.

20.2 Tratando-se de regime de execução de empreitada por preço global, o pagamento será realizado após a aprovação de cada etapa.

20.3 Os boletins de medições dos serviços executados deverão ser apresentados pela contratada a cada 30 (trinta) dias. A Fiscalização terá 10 (dez) dias úteis para a avaliação (aprovação / contestação) da medição apresentada.

20.4 A UEPB poderá contar, para fiscalização e avaliação das medições, com o apoio de serviços terceirizados.

21 DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado segundo após aprovação de boletim de medição.

21.2 Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento e como condição indispensável para emissão do ateste, a licitante vencedora contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato os produtos gerados dos serviços executados e os valores a serem pagos, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

21.3 Para fins de obtenção de ateste da Nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, NO QUE COUBER, nas dependências da UEPB:

- 21.3.1 Planilha de Medição aprovada;
- 21.3.2 Diário de obra do período;
- 21.3.3 Ordem de Serviço expedida;
- 21.3.4 Relatório fotográfico dos serviços efetivamente executados;
- 21.3.5 Declaração da CONTRATADA contendo a relação de empregados que realizaram os trabalhos, assim como o tempo de permanência (dias) de cada um nas dependências da UEPB;
- 21.3.6 Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado);
- 21.3.7 Folha de pagamento;
- 21.3.8 GPS (INSS);
- 21.3.9 SEFIP e GFIP (FGTS);
- 21.3.10 Guias de contribuição sindical;
- 21.3.11 Recibos de pagamento, individual e por função;
- 21.3.12 Recibos de vales refeição e transporte;
- 21.3.13 Cartões/registro ponto (quando for o caso);
- 21.3.14 Rescisões de contratos de trabalho (quando for o caso).
- 21.3.15 Nota de empenho;
- 21.3.16 Contrato;
- 21.3.17 Publicação no D.O.E.;
- 21.3.18 Solicitação de pagamento da Contratada.

21.4 A UEPB informará ao Representante da licitante vencedora contratada o valor correto para emissão da Nota Fiscal.

21.5 A liberação do pagamento das medições estará condicionada a total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional.

21.6 A liberação do pagamento da **medição final** está vinculada:

- 21.6.1 A entrega do Manual do Usuário da edificação, contendo informações descritivas da obra e instruções de operação, manutenção e conservação;
- 21.6.2 Apresentação dos projetos “AS BUILT”, acompanhados do relatório fotográfico quando se fizer necessário ou solicitado pela fiscalização,



com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto.

21.6.3 Todas as outras exigências apresentadas nas plantas e memoriais descritivos de cada projeto;

21.7 O pagamento será efetuado a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, sob responsabilidade da PROFIN.

21.8 Antes do pagamento, a UEPB realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

21.9 Serão efetuadas as seguintes consultas:

21.9.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

21.9.2 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

21.9.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.9.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

21.9.5 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

21.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

21.11 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela licitante vencedora contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

21.12 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.13 A UEPB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela licitante vencedora contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22 DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

22.10 A execução da obra será fiscalizada pela UEPB e/ou seus representantes, pertencentes ao seu quadro ou contratados através de empresa especializada para tal fim, com as seguintes atribuições:

22.10.1 Verificar se os projetos estão sendo cumpridos e se os materiais são compatíveis com suas especificações e requisitos de funcionamentos;

22.10.2 Analisar e decidir sobre proposições da licitante vencedora contratada que visem melhorar a execução da obra;

22.10.3 Informar e documentar a autoridade competente qualquer infração contratual por parte da licitante vencedora contratada, recomendando aplicação de multas ou outras penalidades no contrato.

22.11 A fiscalização apoiará a licitante vencedora contratada na aprovação do planejamento da implementação, controle físico e financeiro da execução das obras, fazendo a interlocução junto a administração do local da obra para desocupação de áreas e liberação de autorizações.

23 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA

23.1 O Termo de Recebimento Provisório da Obra – TRP: será emitido pela fiscalização do contrato, ou comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado, em até 15 dias após a comunicação formal, pela contratada ao contratante, de execução de 100% do objeto contratado, sujeito à aprovação da fiscalização.

23.2 O representante responsável pelo TRP emitirá relatório formal apresentando todas as não conformidades detectadas na vistoria de recebimento provisório. O prazo para atendimento às inconformidades será estipulado no TRP.



23.3 O Termo de Recebimento Definitivo da Obra – TRD: será emitido por empregado público ou comissão designada pela autoridade competente da instituição, mediante termo circunstanciado, após o atendimento a todas as solicitações que porventura, existam na entrega do TRP.

23.4 Em até 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a licitante vencedora contratada tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados neste período, a comissão de recebimento emitirá o Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

24 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 Prestar os serviços em conformidade com as condições, especificações e diretrizes do edital e seus anexos, utilizando profissionais capacitados, quantitativamente suficientes para a adequada execução do objeto da licitação nos prazos estabelecidos, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação específica de regência das atividades contratadas, especialmente:

- 24.1.1 Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra contratada.
- 24.1.2 Mitigação por condicionantes e compensação ambiental definidas no procedimento de licenciamento ambiental.
- 24.1.3 Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais.
- 24.1.4 Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística.
- 24.1.5 Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, quando for o caso, inclusive por meio de avaliação do impacto indireto causado pela obra contratada.
- 24.1.6 Acessibilidade ao uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

24.2 Cumprir todas as disposições de ordem trabalhista, fiscal, acidentária e previdenciária, referentes ao seu pessoal: (a) respondendo administrativa, civil e penalmente por seus eventuais descumprimentos; (b) isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades presentes ou futuras; (c) apresentando as provas do fiel cumprimento, quando cobradas pela CONTRATANTE.

24.3 Responsabilizar-se por danos diretos, ou indiretos, mediatos, ou imediatos, lucros cessantes, causados a CONTRATANTE, ou a terceiros, por culpa ou dolo comprovados. A CONTRATANTE poderá reter pagamentos visando ao ressarcimento dos danos causados.

24.4 Em caso do não cumprimento de prazo pela CONTRATADA, sendo que a CONTRATANTE não tenha contribuído, a CONTRATADA se responsabilizará pelos custos gerados para manter equipamentos alugados necessários à conclusão do serviço objeto do contrato.

24.5 Apresentar amostra de materiais, insumos e equipamentos a serem empregados na execução da obra para prévia análise e aprovação pela fiscalização;

24.6 Refazer, às suas expensas, os serviços inadequadamente realizados, sem qualquer ônus para a UEPB.

24.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os aditivos na forma da Lei 14.133/2021. Nenhum aditivo poderá exceder o limite legal.

24.8 Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.9 Responsabilizar-se pela tramitação e aprovação dos projetos da Obra, nos órgãos competentes, de acordo com as especificidades e legislação aplicável a cada projeto. As despesas com o cadastramento e análise dos projetos pelos órgãos competentes serão pagas pela licitante vencedora contratada.



24.10 Alocar aos serviços toda a mão-de-obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, reservando-se a UEPB o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

24.11 Aplicar/utilizar, nas obras e serviços, materiais de boa qualidade, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso reservando-se a UEPB o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à licitante vencedora contratada todas as despesas consequentes.

24.12 Designar um profissional que atuará como seu representante junto a UEPB, nomeado Coordenador, podendo este ser o próprio representante legal ou funcionário designado para tal atribuição.

24.13 Fornecer todas as condições necessárias aos seus empregados para a execução dos serviços; assim como se responsabilizar, com exclusividade, pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de despesa ou indenizações demandadas por seus empregados, judicial ou administrativamente;

24.14 Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com eles, que tenha relacionamento ao contrato com a UEPB.

24.15 Deverá vincular à obra, profissional em segurança do trabalho, em jornada adequada de trabalho, o qual se responsabilizará em conjunto com a construtora pelo cumprimento das normas estabelecidas pela NR-18 e NR-35.

24.16 Manter seus funcionários sempre uniformizados e identificados com crachá.

24.17 Apresentar, para controle e exame, sempre que a UEPB o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação.

24.18 Retirar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado considerado em conduta inconveniente pela Administração da UEPB, promovendo a substituição por outro igualmente habilitado;

24.19 Mesmo após a entrega final do empreendimento, se for identificada qualquer falha, cuja responsabilidade seja atribuída à licitante vencedora contratada, ela deverá providenciar, às suas custas, o saneamento das impropriedades detectadas.

24.20 Assegurar a reparação física e/ou financeira de todo e qualquer dano ou prejuízo que venha causar direta ou indiretamente a pessoas e/ou bens de propriedade ou não da UEPB, durante a vigência do contrato;

24.21 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração;

24.22 Emitir as Notas Fiscais/Faturas com o mesmo CNPJ da proposta/documentos da habilitação, apresentados na Licitação.

24.23 Apresentar a respectiva Nota Fiscal/Fatura apropriada, em 02 (duas) vias, e lançar na Nota Fiscal as especificações dos serviços, o número do contrato, número da ordem de serviço e do processo.

24.24 Exonerar a UEPB da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, referentes aos serviços cujo fornecimento compete à licitante vencedora contratada, bem como por reclamação de seus empregados.

24.25 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

24.26 A licitante vencedora contratada deverá cumprir o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Práticas SEAP (Portaria MARE nº 2296/97), as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados e aos insumos fornecidos.



24.27 A licitante vencedora contratada será responsável por quaisquer danos causados às redes das concessionárias, devendo estar de posse de todos os cadastros dos locais objeto do contrato, devendo, ainda:

- 24.27.1 Verificar se as solicitações às concessionárias foram formalizadas e se os prazos acordados estão sendo/foram cumpridos; e
- 24.27.2 Verificar se as alterações de projeto passaram por novo processo de aprovação;
- 24.27.3 Verificar o tipo e as providências a serem tomadas para superação do problema.

24.28 Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas da UEPB ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados

24.29 A licitante vencedora contratada concorda em manter a confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante autorização escrita da UEPB.

25 DAS OBRIGAÇÕES DA UEPB

25.1 A UEPB proporcionará à licitante vencedora contratada o apoio necessário para o fiel cumprimento do presente contrato.

25.2 Exercer a fiscalização sobre os serviços, através do Fiscal do Contrato, sendo ele representante da empresa ou contratado para este fim, não obstante a licitante vencedora contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços.

25.3 Comunicar à licitante vencedora contratada por escrito, as possíveis irregularidades detectadas na execução dos serviços ora contratados.

25.4 Supervisionar o andamento das obras e serviços e encaminhar as providências necessárias para cumprimento das metas de prazo e qualidade;

25.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a licitante vencedora contratada executar fora das especificações deste Projeto Básico e seus anexos.

25.6 Cumprir as normas e condições estipuladas no Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

25.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora contratada.

25.8 Efetuar os pagamentos devidos à licitante vencedora contratada, na forma convencionada no instrumento contratual, dentro do prazo previsto, desde que atendidas todas às formalidades.

25.9 Facilitar o acesso do pessoal da licitante vencedora contratada, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, quando necessário, às suas dependências.

26 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 Considerando que a licitação ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA há de se aplicar as sanções previstas em conformidade com a Lei nº 9.697/2012, além das penalidades relativas à inexecução contratual previstas na Lei n. 14.133 de 2021.

26.2 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a UEPB poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

26.3 Poderá a CONTRATADA ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

26.4 Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente, a UEPB poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



- 26.4.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:
- 26.4.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da UEPB e registrada no SICAF, nos seguintes casos:
- 26.4.1.1.1 Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não o impetrar;
- 26.4.1.1.2 Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.
- 26.4.1.2. Pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o Contrato, nos seguintes casos:
- 26.4.1.2.1 Quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o Contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;
- 26.4.1.2.2 Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- 26.4.1.2.3 Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 05 (cinco) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada.
- 26.4.1.2.4 Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.
- 26.4.2. MULTA: É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:
- 26.4.2.1. Nos casos de atrasos:
- 26.4.2.1.1 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- 26.4.2.1.2 1 % (um por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da UEPB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 26.4.2.1.3 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 26.4.2.1.1 e 26.4.2.1.2;
- 26.4.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:
- 26.4.2.2.1 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela UEPB ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;



- 26.4.2.2.2 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.
- 26.4.2.2.3 No caso de subcontratação não autorizada pela UEPB será aplicada a multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total contratado.
- 26.4.2.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 136, inciso II, da Lei n. 14.133 de 2021 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 8º do artigo 156 da Lei n. 14.133 de 2021, observada a seguinte ordem:
 - 26.4.2.3.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;
 - 26.4.2.3.2. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;
 - 26.4.2.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 26.4.2.4 Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela UEPB, além da perda desta, sua diferença será descontada da garantia ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 26.4.2.5 Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
 - 26.4.2.5.1 O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e
 - 26.4.2.5.2 A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 26.4.2.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 26.4.2.7 Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse da UEPB em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma do subitem 26.4.2.1 e 26.4.2.2.
- 26.4.3. SUSPENSÃO: É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e contratar com a UEPB e toda a Administração Pública, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, de acordo com os prazos a seguir:
 - 26.4.3.1 Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e Anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;
 - 26.4.3.2 Por até 2 (dois) anos quando a CONTRATADA deixar de efetuar o pagamento de qualquer das multas previstas no item 26.3.2.
 - 26.4.3.3 Por até 3 (três) anos, quando a CONTRATADA:



- 26.4.3.3.1 Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato;
- 26.4.3.3.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- 26.4.3.3.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 26.4.3.3.4 Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- 26.4.3.3.5 Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;
- 26.4.3.3.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.
- 26.4.4 A aplicação da sanção de que trata o subitem 26.4.3 implicará ainda o descredenciamento da licitante, pelo mesmo prazo, do SICAF.
- 26.4.5 As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV, Capítulo I da Lei n. 14.133 de 2021, aplicam-se a esta licitação e ao Contrato decorrente.
- 26.5.** São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
 - 26.5.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
 - 26.5.2. O Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.
 - 26.5.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Estado e registrada no SICAF.
- 26.6.** Disposições gerais
 - 26.6.1. As sanções previstas nos itens 26.4 e 26.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:
 - 26.6.1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 26.6.1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 26.6.1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 26.7.** Do direito de defesa:
 - 26.7.1. É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.
 - 26.7.2. O recurso será dirigido ao Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
 - 26.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;



- 26.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar:
 - 26.7.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.
 - 26.7.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;
 - 26.7.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e
 - 26.7.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.
- 26.7.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.
- 26.8.** Do assentamento em registros
 - 26.8.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Estado as sanções aplicadas com fundamento nos itens 26.3.1 e 26.3.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 136 da Lei nº. 14.133/2021.
 - 26.8.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 26.9.** Da sujeição a perdas e danos:
 - 26.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a UEPB pelo descumprimento das obrigações licitatórias.
- 26.10.** A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face:
 - 26.10.1. Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021;
 - 26.10.2. Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.




27 DA RESPONSABILIDADE PELO PROJETO BÁSICO

27.1. O presente Projeto Básico foi elaborado pela Pró-Reitoria de Infraestrutura-PROINFRA/UEPB, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e integra o processo administrativo.


Campina Grande, 4 de março de 2026.

Documento Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
 ALBERIS HEYDER ARAGAO DA SILVEIRA
Data: 22/04/2026 09:44:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Albérís Heyder Aragão da Silveira
Eng. Civil – CEA-PROINFRA-UEPB
CREA 211389591-9
Mat.: 107370-2

Aprovo o Projeto Básico e seus anexos:

Documento assinado digitalmente
 WERUSKA BRASILEIRO FERREIRA
Data: 23/04/2026 15:17:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Weruska Brasileiro Ferreira
Pró-reitora de Infraestrutura
Mat.: 125314-3

MINUTA DE CONTRATO**ANEXO 2 – MINUTA DO CONTRATO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55000.006935.2024-77****CONCORRÊNCIA Nº 90003/2025**

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) E A
EMPRESA.....

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB**, autarquia estadual, com sede na Rua Baraúnas, 351, Bairro Universitário, CEP 58.429-500, na cidade de Campina Grande/PB, inscrita no CNPJ sob o nº **12.671.814/0001-37**, neste ato representada pela Reitora **Profª. Drª CÉLIA REGINA DINIZ**, nomeado(a) pela Portaria nº 2.936, de 12 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 13 de novembro de 2024 (Edição nº 18.229) portadora da Matrícula Funcional nº 122.514-6, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **55000.006935.2024-77** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Nº 44.966 de 24 de abril de 2024, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência nº 03/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art.92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DA CENTRAL ACADÊMICA PAULO FREIRE – CAPF**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;

1.2.2. Termo de Referência;

1.2.3. O Edital da Licitação;

1.2.4. A Proposta do contratado;

1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. As obras e/ou serviços de engenharia serão executadas na Rua Baraúnas, s/n, Campus I, da UEPB, Bairro Universitário, CEP 58429-500, Campina Grande/PB.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ ----- (-----), constante da proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela contratante.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da UEPB deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

4.2. Classificação Programática: **35204.12.122.5006.1364.0274**

Elemento da Despesa: **339039** Fonte de Recurso: **500** Reserva: **350**

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO (art.92, V e VI)

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, a qual ocorre em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal para pagamento e como condição indispensável para emissão do ateste, a licitante vencedora contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato os produtos gerados dos serviços executados e os valores a serem pagos, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

5.3. Para fins de obtenção de ateste da Nota fiscal, deverão ser apresentados os seguintes documentos, NO QUE COUBER, nas dependências da UEPB:

5.3.1. Planilha de Medição aprovada;

5.3.2. Diário de obra do período;

5.3.3. Ordem de Serviço expedida;

5.3.4. Relatório fotográfico dos serviços efetivamente executados;

5.3.5. Declaração da CONTRATADA contendo a relação de empregados que realizaram os trabalhos, assim como o tempo de permanência (dias) de cada um nas dependências da UEPB;

5.3.6. Contratos de trabalho (apenas quando da realização do 1º pagamento feito a cada empregado);

5.3.7. Folha de pagamento;

5.3.8. GPS (INSS);

5.3.9. SEFIP e GFIP (FGTS);

5.3.10. Guias de contribuição sindical;

5.3.11. Recibos de pagamento, individual e por função;

5.3.12. Recibos de vales refeição e transporte;

5.3.13. Cartões/registro ponto (quando for o caso);

5.3.14. Rescisões de contratos de trabalho (quando for o caso).

5.3.15. Nota de empenho;

5.3.16. Contrato;

5.3.17. Publicação no D.O.E.;

5.3.18. Solicitação de pagamento da Contratada.

5.4. A UEPB informará ao Representante da licitante vencedora contratada o valor correto para emissão da Nota Fiscal.

5.5. A liberação do pagamento das medições estará condicionada a total conformidade com as exigências referentes à Segurança e Saúde Ocupacional.

5.6. A liberação do pagamento da medição final está vinculada:

5.6.1. A entrega do Manual do Usuário da edificação, contendo informações descritivas da obra e instruções de operação, manutenção e conservação;

5.6.2. Apresentação dos projetos “AS BUILT”, acompanhados do relatório fotográfico quando se fizer necessário ou solicitado pela fiscalização, com fotos numeradas e identificando o local das alterações destes pontos no respectivo projeto.

5.6.3. Todas as outras exigências apresentadas nas plantas e memoriais descritivos de cada projeto;

5.7. O pagamento será efetuado a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, sob responsabilidade da PROFIN.

5.8. Antes do pagamento, a UEPB realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

5.9. Serão efetuadas as seguintes consultas:

5.9.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

5.9.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

5.9.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

5.9.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

5.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

5.11. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela licitante vencedora contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.12. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.13. A UEPB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela licitante vencedora contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E DA REVISÃO (art. 92, V)

6.1 Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo sétimo do art. 25 da 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

6.2.1. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

6.2.2. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

6.2.3. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

6.2.4. O contrato será reajustado na forma da Lei e deste Contrato, independentemente de solicitação do CONTRATADO, salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro imputável ao CONTRATADO;

6.2.5. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

6.3. O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$$R = K \times Vr$$

$$R = \left(\frac{I_i}{I_o} - 1 \right) \times Vr$$

$$K = \left(\frac{I_i}{I_o} - 1 \right)$$

R = valor do reajustamento procurado,

K = Fator de reajustamento

Vr = Valor da fatura a ser reajustada

lo = O índice de preços inicial (lo) será o índice econômico vigente na data do orçamento.

li = O índice de preços (li) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento conforme estabelece o parágrafo terceiro, do art. 92, da lei 14.133/2021.

6.3.1. Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. E, decorrido esse interregno, proceder-se-á a novo reajustamento de acordo com a metodologia constante neste Contrato.

6.3.2. A periodicidade do reajustamento poderá ser reduzida por meio de legislação superveniente.

6.3.3. O primeiro reajustamento, quando couber, será concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, desde que preenchidos os requisitos legais.

6.3.4. Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias data do orçamento, o valor contratual deverá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento;

6.3.5. Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

6.4. Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

6.5. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

6.6. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

6.7. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

6.8. A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requerido tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência da contratação é **120 (cento e vinte) dias**, contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O prazo de execução dos serviços é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da assinatura da Ordem de Serviço e de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pelo contratante.

7.3. O prazo de vigência será prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

7.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

7.5. As obras e/ou serviços terão início no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da autorização de serviço.

7.6. A autorização de serviço somente se efetivará após a assinatura do contrato e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

7.8. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

8.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A subcontratação dos serviços listados será limitada à **30% do orçamento**, salvo situações justificadas.

9.2. Havendo subcontratação de parte dos serviços ou fornecimentos, deverá ser informada e formalizada pela CONTRATADA, por escrito, com a indicação da empresas subcontratas e as especificações dos serviços/fornecimentos que executará(ão), para autorização expressa da Fiscalização da UEPB.

9.3. Se admitida a subcontratação, nos termos do **item 18** do Projeto Básico, serão obrigações adicionais do Contratado:

9.3.1. em qualquer hipótese de subcontratação, responsabilizar-se de forma integral pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, e responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

9.3.2. apresentar formalmente a listagem das empresas subcontratadas à fiscalização do contrato;

9.4. as empresas subcontratadas deverão comprovar as qualificações técnicas necessárias aos serviços, sendo indispensável a apresentação de atestados de capacidade técnica iguais ou superiores aos exigidos no Edital, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA

10.1 O Termo de Recebimento Provisório da Obra – TRP: será emitido pela fiscalização do contrato, ou comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado, em até 15 dias após a comunicação formal, pela contratada ao contratante, de execução de 100% do objeto contratado, sujeito à aprovação da fiscalização.

10.2 O representante responsável pelo TRP emitirá relatório formal apresentando todas as não conformidades detectadas na vistoria de recebimento provisório. O prazo para atendimento às inconformidades será estipulado no TRP.

10.3 O Termo de Recebimento Definitivo da Obra – TRD: será emitido por empregado público ou comissão designada pela autoridade competente da instituição, mediante termo circunstanciado, após o atendimento a todas as solicitações que porventura, houveram na entrega do TRP.

10.4 Em até 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a licitante vencedora contratada tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados

neste período, a comissão de recebimento emitirá o Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art.92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral da UEPB para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 90 (noventa dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da entrega de todos os comprovantes de variação dos custos e documentação devida pelo contrato.

11.11.1. O prazo referido no §5º deste artigo ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

13.1 Em até 10 dias após a assinatura do contrato, a licitante deverá apresentar garantia de execução contratual referente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, vigente ao longo do cronograma físico x financeiro, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 Após o cumprimento fiel e integral do contrato a UEPB liberará, ou devolverá, mediante requerimento da CONTRATADA, a garantia mencionada.

13.3 A garantia responderá, também, pelas multas que porventura vierem a ser aplicadas e poderá ser substituída, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “a” da Lei 14.133/2021.

13.4 A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro de responsabilidade civil vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

13.5 A licitante deverá apresentar, em um prazo de até 10 dias após a assinatura do contrato, a apólice de seguro contra riscos de engenharia vinculado ao objeto do contrato, em valor compatível com o do risco (valor contratado).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Considerando que a licitação ocorrerá na modalidade CONCORRÊNCIA, aplicam-se as sanções previstas em conformidade com a Lei nº 9.697/2012, além das penalidades relativas à inexecução contratual previstas na Lei n.º 14.133 de 2021.

14.2. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a UEPB poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.3. A CONTRATADA poderá ainda responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou instrumento equivalente, a UEPB poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.4.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação.

14.4.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial da UEPB e registrada no SICAF, nos seguintes casos:

14.4.1.1.1. Quando a licitante manifestar intenção de recurso e não o impetrar;

14.4.1.1.2. Quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

14.4.1.2. Pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o Contrato, nos seguintes casos:

14.4.1.2.1. Quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o Contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;

14.4.1.2.2. Quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento na execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;

14.4.1.2.3. Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 05 (cinco) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma Aprovado, não justificado pela empresa contratada;

14.4.1.2.4. Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

14.4.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total.

14.4.2.1. Nos casos de atrasos:

14.4.2.1.1. 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

14.4.2.1.2. 1 % (um por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério da UEPB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

14.4.2.1.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 14.4.2.1.1 e 14.4.2.1.2;

14.4.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

14.4.2.2.1. 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela UEPB ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

14.4.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega.

14.4.2.2.3. No caso de subcontratação não autorizada pela UEPB será aplicada a multa de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total contratado.

14.4.2.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 136, inciso II, da Lei n. 14.133 de 2021 e será executada após regular processo

administrativo, oferecido à CONTRATADA a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 8º do artigo 156 da Lei n. 14.133 de 2021, observada a seguinte ordem:

14.4.2.3.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

14.4.2.3.2. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato;

14.4.2.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

14.4.2.4. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela UEPB, além da perda desta, sua diferença será descontada da garantia ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

14.4.2.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

14.4.2.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

14.4.2.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

14.4.2.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.4.2.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do Contrato, exceto se houver justificado interesse da UEPB em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma do subitem 14.4.2.1 e 14.4.2.2.

14.4.3. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e contratar com a UEPB e toda a Administração Pública, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, de acordo com os prazos a seguir:

14.4.3.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e Anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação;

14.4.3.2. Por até 2 (dois) anos quando a CONTRATADA deixar de efetuar o pagamento de qualquer das multas previstas no item 14.3.2.

14.4.3.3. Por até 3 (três) anos, quando a CONTRATADA:

14.4.3.3.1. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato;

14.4.3.3.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

14.4.3.3.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.4.3.3.4. Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

14.4.3.3.5. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;

14.4.3.3.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.

14.4.4. A aplicação da sanção de que trata o subitem 14.4.3 implicará ainda o descredenciamento da licitante, pelo mesmo prazo, do SICAF.

14.4.5. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Título IV, Capítulo I da Lei n. 14.133 de 2021, aplicam-se a esta licitação e ao Contrato decorrente.

14.5. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

14.5.1. O Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

14.5.2. O Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas do Órgão, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o Contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

14.5.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Estado e registrada no SICAF.

14.6. Do direito de defesa:

14.6.1. É facultado à CONTRATADA interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.6.2. O recurso será dirigido ao Gestor do Contrato e/ou Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida

dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.6.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

14.6.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado, devendo constar:

14.6.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

14.7.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

14.6.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

14.6.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

14.6.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

14.7. Do assentamento em registros

14.7.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Estado as sanções aplicadas com fundamento nos itens 14.4.1 e 14.4.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema, na forma do artigo 136 da Lei nº. 14.133/2021.

14.7.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

14.8. Da sujeição a perdas e danos:

14.8.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a UEPB pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

14.9. A CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face:

14.9.1. Da rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021;

14.9.2. Da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art.136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS MEDIÇÕES DAS OBRAS

18.1. Os serviços/materiais serão medidos conforme executados na obra e de acordo com o cronograma físico-financeiro detalhado entregue pela licitante vencedora contratada e de desembolso financeiro formalmente aceito na proposta de preços.

18.2. Tratando-se de regime de execução de empreitada por preço global, o pagamento será realizado após a aprovação de cada etapa.

18.3. Os boletins de medições dos serviços executados deverão ser apresentados pela contratada a cada 30 (trinta) dias. A Fiscalização terá 10 (dez) dias úteis para a avaliação (aprovação / contestação) da medição apresentada.

18.4. A UEPB poderá contar, para fiscalização e avaliação das medições, com o apoio de serviços terceirizados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro da comarca de Campina Grande/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Documento Digitalizado Público

MINUTA DE CONTRATO

Assunto: MINUTA DE CONTRATO
Assinado por: Andréa
Tipo do Documento: Outros
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Andréa Batista de Mõra, Secretário(a) de Pró-Reitoria e Órgãos da Administração Superior - Pró-Reitoria de Gestão Administrativa**, em 15/10/2025 08:11:00.

Este documento foi armazenado no SUAP em 15/10/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.uepb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 582398
Código de Autenticação: 3c23b8a65f

